

O EGITO EM UMA ENCRUZILHADA: A INFLUÊNCIA DOS MILITARES NA POLÍTICA E UMA SOCIEDADE DIVIDIDA

José Antonio Lima¹

Resumo: Este artigo examina os acontecimentos no Egito desde a queda do ditador Hosni Mubarak, em fevereiro de 2011, à luz de duas dinâmicas que moldam o país nos dias de hoje: a influência dos militares sobre a política e o duelo entre as identidades secular e religiosa. A proposta da análise é mostrar como a interação entre essas duas dinâmicas se tornou um grande obstáculo à democratização do Egito, por tornar a disputa política um jogo de soma zero no qual os vencedores têm como objetivo suprimir as vozes dissonantes.

Abstract: This article examines the events in Egypt since the fall of dictator Hosni Mubarak, in February 2011, in light of two dynamics that shape the country today: the influence of the military on politics and the duel between the secular and religious identities. The purpose of the analysis is to show how the interaction between these two dynamics has become a major obstacle to the democratization of Egypt, by making the political dispute a zero-sum game in which the winners aim to suppress dissenting voices.

O afastamento de Hosni Mubarak, em fevereiro de 2011, e a derrubada de Mohamed Morsi, em julho de 2013, foram movimentos políticos bastante diversos. O primeiro tratou-se de um golpe palaciano, no qual o ditador que comandava o Egito há 30 anos foi removido pela cúpula das Forças Armadas diante da instabilidade provocada por 18 dias de manifestações populares, um momento histórico e inédito para o Egito. O segundo, apesar das aparências de uma revolução popular contra a Irmandade

¹ José Antonio Lima é jornalista, atualmente na revista *CartaCapital*. É mestrando do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, pela qual pesquisa os impactos do governo da Irmandade Muçulmana na política externa do Egito.

Muçulmana, foi um clamoroso golpe de estado, que seguiu o script deste tipo de ato. As saídas de Mubarak e Morsi do poder, entretanto, têm mais em comum do que revela a diferença semântica entre elas. Em fevereiro de 2011 e em julho de 2013, o que o Egito viveu foram duas representações diversas da tentativa dos militares de continuarem protegendo seus interesses e ditando os destinos do país como fazem há seis décadas.

Há uma tendência de o papel dos militares na política egípcia ser minimizado pois há um confronto de identidades no Egito – uma islâmica e conservadora e outra secular, porém tampouco liberal – muito mais visível e saliente, no qual se destaca o papel proeminente da Irmandade Muçulmana na sociedade. Este conflito será analisado na parte final deste artigo, pois não há dúvidas de que seja central no futuro do Egito. Antes, analisaremos uma questão igualmente importante para entender o Egito hoje, os atos dos militares. Mais que um “poder moderador” entre secularistas e islamistas, os donos das armas querem ser, também, os responsáveis por determinar as balizas entre as quais o Egito pode caminhar.

É importante ter em conta que os militares do Egito não são onipotentes e muito menos imunes ao que acontece no país. Como ocorreu com quase todas as estruturas estatais egípcias desde 2011, as Forças Armadas sofreram os efeitos da chamada Primavera Árabe. No Egito, a “primavera” foi uma genuína revolução, iniciada com os protestos, seguida pelo golpe palaciano contra Mubarak e os 16 meses de governo militar e completada pela eleição de Mohamed Morsi. Por mais imperfeita que fosse, havia uma democracia ao menos procedimental instalada no Egito, geradora de desafios para toda a sociedade, inclusive para os militares. Não é possível afirmar com certeza se a derrubada de Morsi sempre esteve nos planos do establishment militar, ou se foi propiciada por uma conjunção de fatores. O fato é que a queda do presidente eleito abriu caminho para os militares ampliarem seu poder de ditar as regras da política egípcia, uma capacidade que sempre existiu nos últimos 60 anos, mas cuja dimensão nem sempre foi clara. Daqui para frente, é certo que as Forças Armadas exercerão tal prerrogativa, mas há dúvidas a respeito do grau de visibilidade que a instituição terá. O mais provável, como veremos neste artigo, é que os militares procurem colocar o Egito nos rumos de uma “democracia controlada”. Controlada por eles mesmos.

De onde vem o poder do Exército?

É impossível entender a atuação das Forças Armadas no Egito de hoje sem analisar seu papel histórico no país.

Os militares passaram a ter uma atuação preponderante no Egito a partir da Revolução dos Oficiais Livres de 1952, quando foram os artífices da derrubada da monarquia então liderada pelo rei Farouk. Naquele episódio, ainda latente no imaginário egípcio, as Forças Armadas ganharam o status de salvadoras da pátria, do qual, em grande medida, desfrutam até os dias de hoje – não foi à toa que, em 2011, a praça Tahrir, no centro do Cairo, ouviu durante dias os gritos de “o povo e o Exército: uma mão”. O apoio aos Oficiais Livres foi maciço. Graças a isso, em menos de um ano, a revolução “aboliu a monarquia, instaurou o republicanismo, colocou fim ao sistema parlamentar do país, aboliu os partidos políticos e prendeu (ou tirou de cena), quase todos os políticos da ‘era passada’” (Osman, 2010). Quem emergiu como líder da revolução foi Gamal Abdel Nasser. Sob seu governo (1956-1970), os militares passaram a dirigir o Estado, papel fortalecido pelas reformas econômicas realizadas naquele período. De um lado, o “socialismo árabe” que Nasser tentou implantar fez surgir uma nova elite, formada por industriais e integrantes da gigantesca burocracia responsável pela administração das empresas nacionalizadas e das novas estatais. Do outro, suprimiu, por meio de profunda reforma agrária, a elite econômica rural formada por menos de 0,5% da população, que em 1950 detinha um terço de toda a terra fértil do Egito (Osman, 2011: 54).

Também sob Nasser, surgiu no Egito uma presidência superpoderosa, protegida de oposições civis pela proeminência das Forças Armadas. Uma consequência desta dinâmica era a concentração da competição por poder dentro do establishment militar. Assim que teve a oportunidade, Nasser lidou com esta situação. Após a humilhante derrota na Guerra dos Seis Dias, em 1967, Nasser tirou de cena seu principal concorrente político, o marechal Abdel Hakim Amer, abrindo uma “transição inicial de [uma condição de] Forças Armadas altamente engajadas na política para uma [condição] de Forças Armadas mais profissionais” (Kurtzer & Svenstrup, 2012). Este gradual afastamento dos militares da política egípcia prosseguiu sob o governo de Anwar al-Sadat (1970-1981), com uma inovação importante. Em troca de apoio, Sadat escancarou a porta da economia egípcia para os militares e ex-militares.

No Egito de Sadat, abundavam oportunidades de ganhar dinheiro, graças à política de abertura da economia para investidores estrangeiros conhecida como *infitah*. Essas oportunidades, entretanto, eram restritas à elite, na qual os militares estavam não apenas inseridos como estabelecidos. Sadat usou a *infitah*, afirma Osman (2010), para “reforçar sua base de poder, recompensar seus asseclas e aliados e criar uma classe capitalista cujas lealdades não eram [direcionadas] ao livre mercado e economias abertas – e certamente não à democracia – mas ao próprio regime”.

O desenvolvimento da indústria de turismo na região sul [da Península] do Sinai é um bom exemplo. Após a retirada das tropas israelenses do Sinai, a região passou por uma grande transformação de frente de guerra para paraíso turístico. (...) [Existiam] patrimônios de alto potencial esperando para ser monetizados. De repente, uma porcentagem significativa das melhores localizações para hotéis e resorts, e uma multidão de interesses econômicos que emergiram, estavam nas mãos de ex-oficiais militares e de inteligência, amigos e familiares de figuras importantes do regime e um seleto grupo de companhias com conexões com o regime. (OSMAN, 2010)

O ganho de poder econômico por parte dos militares foi institucionalizado sob Sadat. Em 1979, o governo aprovou a Lei 32 (Hussein, 2012), que deu independência institucional e financeira às Forças Armadas com relação ao orçamento do governo. Isso permitiu que todos os negócios envolvendo militares passassem a ser realizados longe da vigilância da população e do restante do Estado, situação que persiste até hoje. A ascensão à Presidência de Hosni Mubarak (1981-2011), um ex-integrante da Força Aérea, aprofundou este processo. Uma nova onda de privatizações foi realizada na década de 1990, desta vez sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional, mas as Forças Armadas continuaram influentes na economia. Como não há supervisão sobre o orçamento militar e qualquer menção pública a este assunto pode ser passível de processo por ameaça à segurança nacional (Abul-Magd, 2011), não se sabe qual o real tamanho do império econômico militar. As estimativas mais conservadoras afirmam que 8% do Produto Interno Bruto do Egito estão nas mãos de militares e ex-militares, mas outras chegam a até 40%². Informação conhecida sobre as atividades econômicas militares é sua variedade. Além da fabricação de armamentos de guerra, as Forças Armadas atuam em ramos como a indústria imobiliária e de recuperação de terras (lucrativo negócio de transformação de deserto em área urbana); produção de cimento e

² *The Economist* (2012)

construção civil³; agricultura (produção de leite e gado de corte); venda de energia (gás butano, postos de gasolina) e alimentos (água mineral, massas); serviços de limpeza; cafeterias (Abul-Magd, 2011); além de infraestrutura e turismo.

A estratégia adotada por Sadat e Mubarak produziu uma complexa simbiose entre o poder e o dinheiro no Egito. Integrantes das elites econômica e política, os militares se tornaram subservientes à Presidência, mas em troca conseguiram preservar o que Kurtzer e Svenstrup (2012) chamam de “três interesses corporativos chave”. O primeiro é sua imagem de principal ente patriótico do Egito, uma herança Nasserista. Fundamental para a manutenção deste papel é o fato de os militares atuarem nos bastidores, longe dos holofotes da imprensa e livres dos desgastes intrínsecos ao ato de governar. O segundo é o papel de garantidor das fronteiras nacionais, o que tornou as Forças Armadas a mais importante entidade responsável pela política externa do Egito. Uma importante exceção a este papel foi a brusca mudança de paradigma realizada por Sadat nos anos 1970, quando, em meio à Guerra Fria, tirou o Egito da esfera de influência da União Soviética e colocou o país sob os auspícios dos Estados Unidos. Cabe lembrar que, hoje, o establishment militar está confortável com tal condição. As pedras fundamentais das relações exteriores do Egito são o tratado de paz com Israel e a parceria com os Estados Unidos, situação a partir da qual os militares se aproveitam. O Egito é o segundo maior receptor de ajuda externa dos EUA – um valor que anualmente passa de US\$ 1 bilhão. Uma parte do dinheiro é usada de forma transparente, pois chega “marcada” de Washington. Com o restante isso não ocorre. Segundo afirmou uma diplomata ocidental baseado no Cairo a este autor em janeiro de 2011, cada um dos oito principais oficiais egípcios embolsava US\$ 50 mil dólares da ajuda externa norte-americana⁴. O terceiro interesse é a manutenção dos negócios econômicos militares sem supervisão civil. Ao manter sua atividade econômica em segredo, os militares protegem um estilo de vida que inclui restaurantes caros, carros importados e a possibilidade de frequentar escolas e clubes caros em áreas nobres das principais cidades do país, como a ilha Zamalek, que deita sobre o Nilo no centro do Cairo.

³ *Ibid.*

⁴ O autor atuou neste período como enviado especial da revista *Época* para o Egito

Os militares e a queda de Mubarak

Como nota Salem (2013), há na literatura uma divergência a respeito do grau de despolitização dos militares no Egito. Segundo a autora, em *Soldiers, Spies and Statesmen: Egypt's Road to Revolt* (2012), Hazem Kandil (não houve acesso à fonte original) afirma que os militares começaram a sair da cena política ainda no governo Nasser, um processo aprofundado por Sadat e Mubarak, que favoreceram o aparato de segurança interna em detrimento dos militares como forma de repressão. Sayigh (2012) vai numa direção oposta. De acordo com ele, a “república dos oficiais nunca foi embora, mas se expandiu de novas formas para se tornar um esteio dos sistema (...) de Mubarak, até que emergiu das sombras para assumir o poder total no início de 2011”. É difícil definir quem tem razão neste debate por duas razões. A primeira é que mesmo dentro do Egito não há conclusão sobre isso. Um cabo diplomático produzido pela embaixada dos EUA no Cairo em julho de 2009 e revelado pelo site WikiLeaks deixa isso claro⁵.

A ideia de que as Forças Armadas continuam a ser uma força econômica e política chave é sabedoria convencional por aqui. No entanto, outros observadores nos dizem que os militares estão menos influentes, mais fraturados e sua liderança mais fraca recentemente.

A segunda razão da dificuldade é o fato de que os militares, como qualquer outro agente histórico, respondem aos eventos que se desenrolam, muitas vezes sem sua anuência. Assim, um grupo que aparentemente era pouco influente pode se mobilizar e ganhar influência. Diante disso, pode-se fazer uma breve análise que revela que as duas tendências presentes na literatura têm alguma dose de razão.

É fato que, como afirma Kandil (apud Salem, 2013), na mesma linha da já citada análise de Kurtzer e Svenstrup (2012), os militares não eram a face visível do regime. Em determinados momentos, isso fez com que não pudessem influenciar os destinos do país. Como nos lembra Karawan (1996), alguns desenvolvimentos políticos importantes na história do Egito ocorreram à revelia dos militares. Exemplos citados por ele são a *infitah* de Anwar al-Sadat, bem como a troca de “patrono” na Guerra Fria (URSS pelos EUA) e a paz com Israel, que provocou indignação de alguns oficiais egípcios. Neste sentido, os privilégios recebidos pelo establishment militar ao longo do tempo seriam a recompensa pela “subserviência” à Presidência. De outra parte, é cristalino o fato de que

⁵ Cabo publicado no endereço <<http://www.wikileaks.ch/cable/2009/07/09CAIRO1468.html>> sob o título *Viewing cable 09CAIRO1468, Ndp Insider: Military Will Ensure Transfer Of Power*.

as Forças Armadas não estavam totalmente afastadas da política. Oficiais tinham postos em agências governamentais de monitoramento e administração e, partir de 1990, mais da metade dos governadores de províncias eram do Exército⁶. Além disso, os militares estavam presentes também na estrutura de segurança interna de Mubarak. Este aparato de repressão foi fortalecido a partir dos anos 1990, quando o regime travou por anos um duro combate com os islamistas radicais de facções como o Jihad Islâmico Egípcio (da qual fazia parte o hoje líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri) e o Grupo Islâmico. O ganho de poder por parte do Ministério do Interior não passou despercebido pelas Forças Armadas. Inicialmente, os militares avaliaram outras forças de segurança como uma ameaça, mas com o tempo inseriram seus homens em suas burocracias⁷. Nenhum militar teve mais sucesso no aparato de segurança como Omar Suleiman, um general do Exército que comandou o poderoso Serviço Geral de Inteligência entre 1993 e 2011, quando se tornou vice-presidente do Egito por cerca de dez dias até a queda de Mubarak.

Pode deixar mais claro o papel dos militares na política do Egito uma análise a respeito dos últimos anos do governo Mubarak. A partir do início dos anos 2000, Hosni Mubarak, à medida que envelhecia, abria espaço para seu círculo íntimo na tomada de decisões. O principal beneficiado deste processo foi Gamal Mubarak, o filho mais novo de Hosni. Ex-diretor de um banco de investimentos em Londres, Gamal, um adepto do neoliberalismo, assumiu o papel de líder econômico do Partido Nacional Democrático (conhecido pelo acrônimo em inglês NDP) e formou, com o auxílio de alguns dos principais capitalistas do Egito, um comitê de políticas públicas no NDP que se tornou o motor e centro de gravidade do partido (Osman, 2011: 47). Por meio deste comitê, Gamal passou a rivalizar com a velha guarda do NDP. Figura ocidentalizada, fluente em inglês, Gamal assumiu também o posto de face externa do Egito. Participou de reuniões no exterior como o Fórum Econômico Mundial e deu entrevistas para a imprensa internacional. Nas palavras de Roll (2010), “pela primeira vez na história moderna do Egito a elite empresarial está [estava] tendo um papel na questão da sucessão”. Ocorre que, ao contrário de Nasser, Sadat e do pai, Gamal “não se apoiava no establishment

⁶ *The Economist* (2012)

⁷ *Ibid.*

militar ou de inteligência; seus aliados, quase sem exceção, vinham dos altos escalões empresariais”⁸.

A proeminência de Gamal na linha de sucessão configurava um dilema para os militares, como afirma Roll em análise de 2010 a respeito do que poderia ter sido a sucessão de Hosni por Gamal, mas as Forças Armadas tinham diversos motivos para manter a neutralidade na disputa entre a velha guarda do NDP e a nova, liderada por Gamal. Isso ocorria especialmente porque a neutralidade fortalecia a velha guarda do NDP, responsável por resguardar os interesses dos militares. Sob Gamal, não havia certeza a respeito da manutenção dos privilégios. Um dos motivos era o temor de que as mudanças neoliberais defendidas pelo grupo de Gamal poderiam afetar seus privilégios econômicos. O outro eram as ligações estreitas entre a cúpula das Forças Armadas e a velha guarda do regime. O cabo diplomático norte-americano vazado pelo WikiLeaks e já citado neste artigo também abordou o tema. Em conversa com Ali El Deen Hilal Dessouki, um *insider* do NDP, o emissário dos EUA ouviu que as Forças Armadas eram o “real centro de poder no Egito” e que ainda que os militares não “interviessem diretamente em assuntos do dia a dia do governo, seus líderes estavam determinados a manter a ordem”. Ainda segundo o documento, Dessouki reconheceu que os militares estavam preocupados em preservar seus “interesses corporativos”, mas foi enfático ao salientar que tinham um compromisso com uma transição de poder “constitucional”.

Somados e analisados em retrospecto, a opinião de Roll e o parecer de Dessouki deixam claro um diagnóstico que foi provado correto pelos eventos: os militares não eram os comandantes da política egípcia, eram um ator entre vários, mas poderiam vir a ser o ente dominante num momento de crise. E foi exatamente este papel que precisaram exercer quando o mundo foi apresentado à praça Tahrir, em janeiro e fevereiro de 2011. Nas ruas do Cairo, era fácil sentir a indignação da população e sua disposição em realizar um protesto permanente até que houvesse uma mudança no regime. A ira era direcionada a Mubarak e a sua família. Egípcios na praça Tahrir não conseguiam vislumbrar o que viria depois. Desejavam, apenas, se ver livres do homem que comandara suas vidas por 30 anos. As Forças Armadas demoraram exatos 18 dias para perceber isso. A renúncia de Mubarak foi anunciada em 11 de fevereiro. No fim daquele mês, ele foi proibido de deixar o Egito. Em abril, o ex-ditador e seus filhos foram presos. A principal demanda da praça Tahrir estava atendida; os interesses econômicos

⁸ *Ibid.*

dos militares, salvaguardados; e o homem que cogitou ameaçar esses interesses, Gamal, atrás das grades. Dali para frente, os militares precisariam definir como atuar na política, uma história ainda longe de terminar, mas que somou alguns tristes capítulos na história do Egito.

As Forças Armadas no governo

O Conselho Supremo das Forças Armadas do Egito, conhecido pelo acrônimo em inglês SCAF, existe pelo menos desde o governo de Anwar al-Sadat⁹. A missão do SCAF era aconselhar o presidente egípcio¹⁰, sempre a pedido dele próprio, em questões militares, mas em janeiro/fevereiro de 2011, essa lógica foi subvertida. Em 10 de fevereiro, a TV estatal do Egito exibiu imagens de um encontro do conselho, sem Mubarak. Na cadeira principal da reunião estava o então ministro da Defesa, o marechal-de-campo Mohamed Hussein Tantawi. No dia seguinte, Mubarak havia sido retirado do poder e Tantawi estava fadado a se tornar a figura central da política egípcia nos próximos 16 meses, um período no qual seriam lançadas as sementes da instabilidade que, como veremos, ajudaram a inviabilizar o primeiro governo democraticamente eleito da história do Egito.

Dois dias depois de derrubar Mubarak, o SCAF suspendeu a Constituição e dissolveu as duas casas do Parlamento do Egito, a Assembleia Popular (câmara baixa) e o Conselho Shura (câmara alta), tomando para si os poderes Executivo e Legislativo. Na sequência, os militares prometeram uma transição que parecia boa para o país: o Egito teria uma constituinte para elaborar uma nova Carta, além de eleições parlamentares e presidenciais. Ocorre que, neste processo, o SCAF cometeu dois grandes erros.

O primeiro foi considerar que o golpe palaciano contra Mubarak era o ponto final da revolução. As Forças Armadas do Egito tinham a “convicção” de que as suas reclamações diante do governo Mubarak – a tendência a transferir o poder de forma hereditária para Gamal, o neoliberalismo e a corrupção – “refletiam fielmente” as demandas da população (International Crisis Group, 2012). Nem de perto essa

⁹ *The SCAF: an Overview of its Actions* (2012). Disponível em: <<http://egyptelections.carnegieendowment.org/2012/01/05/the-scaf-an-overview-of-its-actions>>

¹⁰ *Ibid.*

conclusão tinha base. Havia no Egito um sentimento genuíno por democratização, inserido nas manifestações que ocorriam também em países vizinhos, e a permanência prolongada de uma junta militar no poder contrastava de maneira acintosa com este desejo. Um agravante era a incompetência administrativa por parte das Forças Armadas, que por vezes pareciam nem mesmo entender por que algumas de suas decisões eram recebidas com tamanha hostilidade pela população e pelas forças políticas.

O distanciamento entre o governo militar e a população egípcia pode ser exemplificado pelas inúmeras, e por vezes chocantes, violações aos direitos humanos cometidas nos 16 meses em que o SCAF esteve no poder. Os abusos foram especialmente marcantes pois os militares clamavam estar de mãos dadas com o povo, mas ao assumir o poder simplesmente reproduziram, e até agravaram, o estado policial instalado no Egito nos 30 anos anteriores, contra o qual as massas foram às ruas. Nesse período, as violações são incontáveis, mas alguns episódios são emblemáticos.

Ainda em março de 2011, surgiu a denúncia de que pelo menos 17 mulheres foram submetidas a “testes de virgindade” na prisão militar de Hikestep, nas proximidades do Cairo, para onde foram levadas após o Exército dispersar uma manifestação na praça Tahrir, no Cairo. As mulheres ficaram presas por quatro dias, período no qual foram espancadas, submetidas a choques elétricos e aos “testes de virgindade”¹¹. Em entrevista à rede de tevê norte-americana CNN, um general egípcio não apenas admitiu as acusações como defendeu a prática¹². A pressão sobre o Egito foi grande, especialmente porque uma das mulheres, Samira Ibrahim, teve coragem de fazer uma denúncia formal contra os militares. Em junho de 2011, o SCAF anunciou que os testes estavam proibidos¹³, mas até hoje nenhum militar foi condenado.

Em outubro de 2011, os cristãos coptas também foram alvo de abusos dos militares. Naquele momento, dispersões violentas de manifestações já haviam se tornado uma praxe para os militares. Nenhuma foi tão cruel quanto a realizada em 9 de outubro, quando cristãos e uma minoria de muçulmanos se reuniram em frente ao prédio da tevê estatal do Egito, conhecido como Maspéro, para protestar contra a

¹¹ Amnesty International: *Egypt: A year after 'virginity tests', women victims of army violence still seek justice*, Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/news/egypt-year-after-virginity-tests-women-victims-army-violence-still-seek-justice-2012-03-09>>

¹² CNN: *Egyptian general admits 'virginity checks' conducted on protesters*. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/05/30/egypt.virginity.tests/index.html>>

¹³ Al-Arabiya: *Ruling military pledges to end 'virginity tests' on women seeking to join armed forces, and also on female prisoners*. Disponível em: <<http://www.alarabiya.net/articles/2011/06/27/155060.html>>

demolição de uma igreja no governadorado de Aswan, no sul do país. Quando a marcha se aproximava do edifício, foi recebida pela tropa de choque da polícia do Exército. Correram pelo mundo as imagens de veículos blindados do Exército acelerando em meio à multidão, atropelando os manifestantes à medida que iam e voltavam na avenida Nile Corniche. No mini-documentário *The Maspéro Massacre | 9/10/11*¹⁴, publicado no Youtube pelo Coletivo Mosireen, do Egito, um dos manifestantes presentes no protesto conta que em meio à violência do Exército começou a receber mensagens de colegas segundos os quais a TV estatal do Egito estava insuflando as “pessoas de bem” do Egito a irem para as ruas proteger os militares, que segundo a versão oficial estavam sendo atacados. O saldo da violência foi de pelo menos 25 mortes, a maioria de cristãos, provocadas por atropelamentos ou tiros. Em setembro de 2012, três soldados foram condenados por homicídio culposo¹⁵, um veredicto que indignou os egípcios, por ser brando e por ter sido realizado pela Justiça militar. Não há notícias de julgamentos de civis.

Em dezembro de 2011, a brutalidade do SCAF foi mais uma vez escancarada. No fim de semana dos dias 16 e 17 de dezembro, os egípcios se reuniram na praça Tahrir e nas proximidades para protestar contra a nomeação de Kamal Ganzouri como primeiro-ministro. Num dos confrontos ocorrido no dia 17, uma mulher estava fugindo dos policiais ajudada por três outros manifestantes. Na tentativa de escapar, o grupo cai no chão e dois homens conseguem escapar. Um deles e a mulher ficam no chão, quando são cercados por militares e policial. Tem início, então, uma brutal sessão de espancamento, na qual fica clara a “preferência” das forças de segurança por espancar a mulher. Nas imagens postadas na internet é possível observar ao menos oito pessoas diferentes agredindo a mulher. Um dos homens pisa em sua cabeça cinco vezes seguidas. A mulher em seguida é arrastada, agredida com mais pontapés, e tem a abaya que vestia levantada, expondo sua barriga e o sutiã azul. A “mulher do sutiã azul”, uma ativista anti-SCAF, sobreviveu, mas não quis ser identificada¹⁶.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=00t-0NEwc3E>>

¹⁵ Al-Ahram: *Egypt rights group demands report on Maspéro massacre*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/83638/Egypt/Politics-/Egypt-rights-group-demands-report-on-Maspéro-massa.aspx>>

¹⁶ The Guardian: *Young woman beaten and dragged by Egyptian soldiers wants anonymity*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/dec/18/egypt-military-tahrir-square-woman?newsfeed=true>>

O segundo erro do SCAF foi considerar que era o “único ator possuidor da experiência, maturidade e sabedoria necessárias para proteger o país de ameaças domésticas e externas” (Ibid). Um sinal deste comportamento foi o aparente desprezo das Forças Armadas por outros grupos políticos egípcios, vistos como inaptos a governar, a não ser a Irmandade Muçulmana, força com a qual tiveram uma relação conflituosa. A tensão se dava porque a aliança informal entre as duas partes era casuística e não se concentrava em torno de um objetivo comum. No lugar disso havia apenas a busca por interesses próprios de cada parte. De um lado, o SCAF apostava no poder de mobilização das massas do qual os irmãos muçulmanos desfrutavam para conseguir aplacar os ânimos nas ruas – a Irmandade Muçulmana não esteve presente no início das manifestações contra Mubarak, mas o grupo logo se integrou a elas e, no período seguinte, ganhou legitimidade no diálogo. De outro lado, a Irmandade Muçulmana buscava, ao defender o governo militar, ganhar voz ativa na vida política do Egito, o que de fato ocorreu, gerando inúmeras consequências. A interação dos dois erros do SCAF – desconexão com a rua e desprezo pelos atores políticos – tornaram caótico o tempo em que os militares comandaram o Egito, como veremos a seguir.

A instabilidade é a regra

É difícil avaliar as intenções dos militares egípcios, uma vez que a classe é extremamente fechada em torno de si mesma, mas é razoável supor que as Forças Armadas não desejassem transformar o Egito numa ditadura militar escancarada. Desejavam, como afirmaram Martini e Taylor (2011), “criar um sistema de instituições democráticas moldadas cuidadosamente que preserve seu poder e reduzam as chances de qualquer grupo político de desafiá-los”. Este processo, entretanto, foi levado de forma desastrosa.

As datas das eleições parlamentares e presidenciais, bem como a formação da constituinte e a aprovação da Constituição foram seguidamente modificadas pelo SCAF, bem como a ordem em que elas deveriam ocorrer. A inconsistência do calendário eleitoral fez surgir a impressão de que os militares pretendiam se manter no poder e logo este sentimento se manifestou nas ruas. Protestos semelhantes àqueles realizados

contra Mubarak foram novamente organizados (e brutalmente reprimidos, como visto anteriormente), mas desta vez a reivindicação principal era uma rápida transição para um governo civil. O sentimento de que a queda de Mubarak não fora uma revolução, ou de que a revolução havia sido roubada pelos militares, foi reforçado pelas manobras realizadas pelo SCAF para garantir influência sobre o Parlamento que viria a ser eleito. A lei eleitoral aprovada pelas Forças Armadas previa a manutenção de dois mecanismos que ajudaram a ditadura a se manter no poder: a reserva de metade das vagas da câmara baixa para “trabalhadores e agricultores” (sendo que em 90% dos casos os agricultores eram ex-militares segundo Martini & Taylor) e a previsão de que metade dos eleitos da câmara baixa deveria ser escolhida por meio de pleitos individuais nos distritos eleitorais. Este segundo ponto reforça o poder de líderes locais, que durante o regime Mubarak concorriam como independentes e, depois, se filiavam ao NDP, e dificulta a identificação do eleitor com partidos políticos que fazem campanha baseada em plataformas nacionais (Martini & Taylor, 2011). As críticas e protestos contra o SCAF foram tantos por conta desta variação de voto distrital que eventualmente as regras foram modificadas e apenas um terço dos assentos na câmara baixa (em vez de metade) foram escolhidos assim¹⁷.

Ao mesmo tempo em que pareciam engajados em se manter no poder, os militares eram vistos com suspeição pelos grupos políticos seculares do Egito também por conta do fato de terem optado por realizar o que o International Crisis Group classificou como “convergência tática” com a Irmandade Muçulmana. O SCAF “tendia a pedir apoio aos irmãos sempre que percebia sua posição, interesses primordiais e objetivos em perigo” e, em troca, dava à Irmandade voz no período de transição. Esta dinâmica foi marcada por atritos e tentativas de chantagem de lado a lado, mas acabou produzindo um resultado que ia ao encontro das expectativas dos islamistas. Naquele momento, o maior interesse dos irmãos muçulmanos era garantir a realização das eleições legislativas, por meio das quais pretendiam, após décadas na ilegalidade, ter um papel institucional no futuro do Egito. Não há dúvidas de que a Irmandade Muçulmana sabia ser a força política mais bem organizada do país, uma vez que vinha consistentemente lançando seus candidatos (camuflados como “independentes”) para o Legislativo desde 1984. Os setores seculares, por sua vez, defendiam eleições parlamentares apenas depois da elaboração de uma nova Constituição. A intenção era

¹⁷ Relatório do International Crisis Group (2012), p. 5

evitar a influência desproporcional dos islamistas na constituinte e ganhar tempo para organizar os partidos seculares para a eleição legislativa – uma vez que nenhum deles tinha base devido à repressão a que foram submetidos durante o regime Mubarak. A opção dos militares foi eleger o Parlamento e dar a este a prerrogativa de escolher os constituintes. Foi um erro crasso.

As eleições parlamentares do Egito foram realizadas em três estágios diferentes entre 28 de novembro de 2011 e 11 de janeiro de 2012. A Aliança Democrática, encabeçada pelo Partido Liberdade e Justiça (o braço político da Irmandade Muçulmana) obteve 36% dos votos e 43% dos assentos no Parlamento¹⁸. O Bloco Islamista, liderado pelo partido salafista Al-Nour, apareceu em segundo, com 27% dos votos e 24% dos assentos¹⁹. O cenário que emergiu das urnas era uma representação dos piores medos dos setores seculares. Diante de um quadro em que 70% do Parlamento estava nas mãos do islã político, a esperança para contrapor o peso da Irmandade Muçulmana era a eleição presidencial. Esta situação ampliou ainda mais a importância daquele pleito, que já era suficientemente acirrado tendo em vista o regime presidencialista em vigor.

Inicialmente, a Irmandade Muçulmana rejeitava disputar a presidência. Brown (2013) relata que teve diversos encontros com o principal estrategista da organização, Khairat al-Shater, no início de 2011, e que ele rejeitou repetidas vezes a ideia de que a Irmandade deveria buscar a presidência do Egito. Esta era, inclusive, uma promessa pública do grupo. Nas conversas com al-Shater, relata Brown, ele afirmava que esta era uma perspectiva que a Irmandade deveria buscar a longo prazo (apenas quando ele estivesse aposentado), pois o mundo e o Egito não estavam preparados para ter um irmão muçulmano no governo do país (Blair, Taylor e Perry, 2013). Um ano depois, o próprio Shater foi nomeado candidato à presidência do Egito. O que fez o grupo mudar de posição? Brown (2013) avalia que a Irmandade fez isso por conta de “oportunidades inesperadas e sinais confusos” de outros atores políticos. Não parece haver dúvidas de que a principal preocupação dos irmãos muçulmanos era a dissolução do Parlamento, que vinha sendo cogitada pelo Judiciário egípcio e insuflada pelos setores seculares do país. Diante da perspectiva de perder o poder político tão ansiado e recém-conquistado, em março de 2012 a Irmandade Muçulmana rompeu sua promessa e lançou o nome de Shater. A esta altura, os militares aparentemente já tinham avaliado como um erro a

¹⁸ *Ibid*, p. 6

¹⁹ *Ibid*, p. 6

aliança tática com os irmãos. Não foi uma coincidência, então, que o ex-chefe da Inteligência de Mubarak, Omar Suleiman, também saiu candidato. Logo, Shater e Suleiman foram desqualificados do pleito, junto com outros vários candidatos²⁰, e substituídos, respectivamente, por Mohamed Morsi e Ahmed Shafiq, ex-comandante da Força Aérea do Egito e ex-primeiro-ministro. Morsi e Shafiq foram os mais votados no primeiro turno²¹ das eleições e, em 14 de junho, dois dias antes do segundo turno, o Judiciário determinou que um terço do Parlamento havia sido eleito de forma irregular. O SCAF não só apoiou a decisão judicial como a ampliou, afirmando que se parte do Legislativo estava irregular, todo ele estava e, então, deveria ser dissolvido²². Os poderes legislativos voltaram para a mão da junta militar. O temor da Irmandade Muçulmana estava confirmado, mas dois dias depois o maior temor dos seculares egípcios também viraria realidade: com 51,73% dos votos, Mohamed Morsi seria eleito. Após décadas na ilegalidade, a Irmandade Muçulmana chegava ao governo do Egito.

Ascensão e queda dos irmãos

O governo da Irmandade Muçulmana durou exatos um ano e três dias. Foi (mais) um período desastroso na história do Egito, resultado da atuação fracassada de Morsi em áreas como a economia e de seu crescente autoritarismo, mas também de uma impressionante resistência a seu governo por parte de muitos setores da sociedade egípcia.

Quando Morsi se tornou presidente do Egito, em 30 de junho de 2012, o cargo vivia uma contradição. Era, ao mesmo tempo, poderoso demais, mas fraco por outro lado. O superpoder derivava do fato de a Presidência ser o único posto eletivo realmente efetivo no Egito. A Assembleia Popular fora dissolvida e o Conselho Shura era tido como

²⁰ Shater foi eliminado por conta de processos judiciais aos quais respondia. A ação que motivou sua punição foi a de pertencer a um “grupo banido”, a Irmandade Muçulmana. Suleiman foi barrada por conta de uma questão burocrática. Ele não apresentou as assinaturas de 30 mil pessoas endossando sua candidatura. Al-Ahram: *Electoral commission upholds ban on 10 presidential candidates*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/36/122/39510/Presidential-elections-/Presidential-elections-news/Electoral-commission-upholds-ban-on--presidential-.aspx>>

²¹ Morsi recebeu 24,3% dos votos, contra 23,3% de Shafiq. The Guardian: *Egypt confirms Mohammed Morsi and Ahmed Shafiq in election runoff*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2012/may/28/egypt-presidential-election-morsi-shafiq>>

²² Al-Jazeera: *Egypt court orders dissolving of parliament*. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2012/06/2012614124538532758.html>>.

figurativo. Por outro lado, a presidência sofrera um duro ataque das Forças Armadas. Em 18 de junho, o SCAF publicou uma declaração constitucional que tirava do presidente prerrogativas como declarar guerra e convocar o Exército para conter instabilidades internas; colocava sob cuidados do SCAF, e apenas dele, quaisquer assuntos militares, como o orçamento e a permanência de oficiais na ativa; e abria a possibilidade de o SCAF convocar uma nova Constituinte caso aquela indicada pelo Parlamento dissolvido “tivesse algum obstáculo” que a impedisse de “completar seu trabalho”²³. Não demorou, entretanto, para Morsi mostrar poder. Nos primeiros meses, ele governou praticamente sem oposição e, em agosto, promoveu uma surpreendente reforma no SCAF, afastando o marechal Tantawi e abrindo espaço para uma geração mais nova de militares, agora comandados pelo ex-chefe da Inteligência militar de Mubarak, o general Abdel Fattah el-Sisi. Além dessas mudanças, Morsi conseguiu revogar a declaração constitucional de junho, fortalecendo ainda mais a presidência. Aparentemente encorajados pela vitória política, Morsi e a Irmandade Muçulmana passaram a atuar de forma mais assertiva. Esse comportamento criaria as condições para o golpe.

Em vez de tentar desconstruir o regime Mubarak, o que se esperava de um governo de transição, a Irmandade Muçulmana deu muitos indícios de que estava engajada numa tentativa de se aproveitar das estruturas autoritárias deixadas por ele para garantir seu poder e, em último caso, permanecer com ele por tempo indeterminado. Como forma de tentar legitimar suas ações, o governo passou a usar o Conselho Shura, eleito por apenas 7% dos egípcios, amplamente dominado por islamistas e visto como ilegítimo pela oposição. A câmara alta do Parlamento indicou simpatizantes da Irmandade para a chefia de órgãos públicos de mídia²⁴, analisou uma lei avaliada como um “golpe mortal” contra organizações de direitos humanos²⁵ e avançou contra o Judiciário, visto como força contrarrevolucionária pelos irmãos muçulmanos, ao tentar aposentar compulsoriamente juízes com mais de 60 anos, o que tiraria de cena cerca 3,2 mil magistrados²⁶.

²³ Al-Ahram: *English text of SCAF amended Egypt Constitutional Declaration*. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/45350/Egypt/Politics-/URGENT-English-text-of-SCAF-amended-Egypt-Constitu.aspx>>

²⁴ Daily News Egypt: *Media under Morsy: chains remain in place*. Disponível em: <<http://www.dailynewsegypt.com/2012/09/18/media-under-morsy-chains-remain-in-place/>>

²⁵ CIHRS: *Morsi's government must withdraw bill to nationalize civil society from Shura Council*. Disponível em: <<http://www.cihrs.org/?p=6011&lang=en>>

²⁶ BBC: *Egypt judiciary crisis: Morsi hints at compromise*. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-22333744>>

O fator de maior tensão no governo Morsi, entretanto, foi a elaboração da nova Constituição. A primeira assembleia constituinte foi dissolvida pela Justiça em março de 2012, sob a acusação de ser dominada por islamistas. Uma segunda versão foi montada, mas os partidos seculares ainda não ficaram satisfeitos com sua formação e boicotaram os trabalhos. Enquanto os constituintes islamistas moldavam uma nova Carta a seu gosto, a oposição entrava na Justiça para tentar anulá-la. Sob a ameaça de uma nova dissolução, Morsi realizou seu movimento mais desastroso. Em novembro de 2012, publicou uma declaração constitucional por meio da qual dava ao Executivo autoridade absoluta para definir os rumos do Egito e impedia a revisão judicial de qualquer uma de suas decisões até o fim do período de transição. Morsi afirmava que a declaração era a única forma de proteger a constituinte de uma possível dissolução, mas o ato foi visto por muitos egípcios como ditatorial. A partir daquele momento, o isolamento dos irmãos muçulmanos apenas se aprofundaria. Em dezembro, a Suprema Corte afirmou que iria julgar as 43 ações contestando a legalidade da constituinte. Em resposta, a assembleia aprovou às pressas um rascunho que foi submetido a Morsi e, depois, a um referendo popular. A oposição se dividiu entre fazer campanha pelo “não” e boicotar o pleito e o texto, que trazia uma série de medidas vistas como favoráveis aos islamistas, foi aprovado.

Durante a crise constitucional, Morsi e a Irmandade revelaram uma faceta que tornaria o governo intolerável para muitos egípcios: a disposição de usar violência para conseguir seus objetivos. Em 5 de dezembro, milhares de manifestantes anti-Morsi se reuniram em frente ao palácio presidencial Ittihadiya, no Cairo. As forças de segurança que deveriam cuidar do local se recusaram e a Irmandade Muçulmana convocou seus simpatizantes para proteger o palácio²⁷. A violência foi grande, os irmãos prenderam cerca de 130 opositores e uma série de evidências apontou a existência de “câmaras de tortura” no lado que defendia o então presidente Morsi²⁸. O agravamento deste cenário nos meses subsequentes levou a indignação com a Irmandade a se tornar o que o ativista de direitos humanos Hossam Bahgat chamou de “trauma” com o governo Morsi²⁹:

Sob o SCAF, houve sérias violações de direitos humanos, mas elas não eram direcionadas a todos, e sim aos que desafiavam o SCAF. Sob Morsi, todos eram

²⁷ The New York Times: *Morsi's Opponents Describe Abuse by President's Allies*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/12/11/world/middleeast/allies-of-egypts-morsi-beat-protesters-outside-palace.html?adxnml=1&adxnmlx=1382133412-KPzly3JkAV/j1r4IE9F2Ig>>

²⁸ *Ibid.*

²⁹ Entrevista com o autor

afetados, mesmo que às vezes isso fosse apenas uma impressão. Todos temiam que a Irmandade estivesse mudando a natureza do Estado egípcio, de que tinham um plano para islamizar a sociedade e que iriam tirar as liberdades individuais das pessoas. Temiam também essa organização secreta, fechada e hierárquica que estava sequestrando o país.

Em todo o período de transição desde a queda de Mubarak, a Irmandade Muçulmana se mostrou pouco afeita à negociação política. Muitos dos setores seculares egípcios foram alienados ainda sob o governo do SCAF, quando a Irmandade deu apoio aos militares. Durante o governo Morsi, a organização mostrou também uma notável incapacidade de criar pontes e dialogar com setores não religiosos da sociedade, a ponto de, na crise constitucional de dezembro, não ter sequer um aliado liberal ou esquerdista. Como vimos, os fatos mostram que os irmãos muçulmanos devem ser responsabilizados por esta situação. Ocorre que também os setores seculares são responsáveis pelo jogo de soma zero que se tornou a política egípcia. Em diversos momentos, os ditos liberais do Egito optaram por uma estratégia que Marina Ottaway (2012) chamou de “evitar a política”.

As forças islamistas querem acelerar o retorno à política democrática formal, porque podem ganhar. As forças seculares não podem pagar o preço de jogar esse jogo. A questão não é sobre quem é mais comprometido com o resultado democrático no Egito, mas sobre quem pode ganhar poder a curto prazo

Manifestações deste comportamento antidemocrático estiveram presentes desde o início do governo Morsi e persistiram, em diferentes intensidades, durante todo ele. Em retrospectiva, parece claro que, enquanto as faces políticas do campo secular se digladiavam com a Irmandade Muçulmana, nas sombras outros adversários dos islamistas manobravam para tornar seu governo inviável.

Uma reportagem da agência *Reuters* feita com base em dezenas de entrevistas afirma que o Ministério do Interior, principal responsável pela repressão aos islamistas no governo Mubarak e dono de profundo ressentimento contra a Irmandade, foi a “força chave na derrubada” de Morsi (Alsharif & Saleh, 2013). Em janeiro de 2013, afirma a reportagem, Morsi nomeou Mohamed Ibrahim como ministro do Interior numa tentativa de enquadrar a pasta, mas ele próprio acabou sendo responsável pela aproximação da polícia e da Inteligência com as Forças Armadas, em especial o general Sissi, a quem teria convencido da inviabilidade do governo islamista – essa proximidade seria a explicação da permanência de Ibrahim no cargo após o golpe. O Ministério do Interior,

ainda, teria aconselhado o movimento anti-Morsi Tamarod a desafiar a legitimidade do presidente. O Tamarod, que ajudou a levar milhões de pessoas para as ruas contra Morsi em 30 de junho, contava com a ajuda do bilionário Naguib Sawiris e conselhos da ex-juíza da Suprema Corte Tahani el-Gebali³⁰. A velocidade com que a polícia voltou às ruas e a rapidez com que acabaram as crises de energia elétrica e gasolina no Egito também sugerem que havia um complô contra o governo³¹. As imensas manifestações de 30 de junho foram seguidas de um ultimato de Sissi a Morsi, que posteriormente justificaria o golpe, mas há indícios de que a resposta do general não foi tomada de forma emergencial. Foi, na verdade, pré-combinada em reuniões secretas entre os militares e a oposição secular no Clube Naval do Cairo³². Isso explicaria porque, horas depois da confirmação do golpe, Sissi apareceria na TV estatal egípcia apoiado por políticos seculares. A presença, na mesma cena, do papa copta, Tawadros II, e do grande imã da mesquita de Al-Azhar, Ahmed el-Tayeb, e o posterior apoio dos salafistas ao novo regime seriam as provas de que o golpe não foi apenas fruto do golpismo opositor: a Irmandade perdera todos os seus aliados e estava isolada na política egípcia.

Qual é o futuro do Egito?

A intenção deste artigo foi tentar recuperar a história recente do Egito à luz das duas dinâmicas que ditam os rumos do país e mostrar como a interação entre elas fez descarrilar a transição do período pós-Mubarak. O primeiro processo é a preponderância das Forças Armadas na sociedade egípcia. Os militares são vistos como garantidores últimos da segurança, uma espécie de poder moderador do Estado, condição que, enquanto persistir, permitirá a eles interferirem na política com tranquilidade. O fato de desfrutarem desta condição não deve esconder o verdadeiro interesse das Forças Armadas egípcias: preservar seus enormes interesses econômicos. É seguro dizer que, para conseguir isso, vão se aliar com quem lhes parecer mais forte.

³⁰ The New York Times: Sudden Improvements in Egypt Suggest a Campaign to Undermine Morsi. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/07/11/world/middleeast/improvements-in-egypt-suggest-a-campaign-that-undermined-morsi.html>>

³¹ *Ibid*

³² The Wall Street Journal: *In Egypt, the 'Deep State' Rises Again*. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424127887324425204578601700051224658>>

Após a queda de Mubarak, a Irmandade Muçulmana foi a escolhida. Após a queda de Morsi, são os setores seculares. É razoável crer que, como fizeram no período pós-Mubarak, os militares vão eventualmente abrir mão do poder no período pós-Morsi. A forma como isso se dará não está clara. Ao contrário do SCAF do marechal Tantawi, o SCAF do general Sissi decidiu permanecer camuflado sob um governo de aparência civil. Há rumores de que o próprio Sissi pode ser candidato à Presidência, mas isso seria trazer novamente o fardo de governar para as mãos das Forças Armadas.

Quando, e se, optarem por uma abertura, os militares darão vazão ao segundo processo: a disputa entre duas forças hoje irreconciliáveis, os islamistas conservadores da Irmandade Muçulmana e os grupos seculares reacionários. Hoje, o segundo grupo está no poder e parece engajado numa tentativa de destruição dos irmãos muçulmanos. Centenas deles foram mortos nos últimos quatro meses e toda a liderança da organização está na cadeia. Tal campanha de erradicação conta com o apoio de boa parte da população e da mídia, cujo tom chega por vezes no limiar do fascismo, mas é improvável que a estratégia tenha sucesso a longo prazo. Coerente ideologicamente, a Irmandade é um movimento social que provou sua resiliência nos últimos 85 anos. A curto e médio prazo, entretanto, a Irmandade não deve ter condições de se recuperar politicamente. Além de abalada pela repressão, a organização enfrenta um fenômeno inédito: o ódio de boa parte da população.

O Egito não terá um processo de democratização genuíno sem a inclusão dos islamistas e sem participação organizada dos setores seculares. Esses avanços passam necessariamente por uma reconciliação que deveria ser levada a cabo por algum ator capaz de dar garantias aos dois lados. Hoje, as Forças Armadas têm essa condição, mas provavelmente não têm o interesse – uma reconciliação poderia ser o embrião de um Estado civil que, levado às últimas consequências, ameaçaria o poder dos militares.

Referências bibliográficas

KARAWAN, I. A. **Egypt**. In: DANOPOULOS, C.P. & WATSON, C. (editores) – **The Political Role of the Military** / Constantine P. Danopoulos & Cynthia Watson. – Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1996

OSMAN, T. **Egypt on the brink – From the rise of Nasser to the fall of Mubarak**. New Haven and London: Yale University Press, 2011

Outras publicações

ABUL-MAGD, Zeinab. **The Army and the Economy in Egypt**. 23 dez 2011. Jadaliyya. Disponível em: <http://www.jadaliyya.com/pages/index/3732/>

BROWN, Nathan J. **Where Does the Muslim Brotherhood Go From Here?** 3 jul. 2013, The New Republic. Disponível em: <http://bit.ly/NjDO1N>

HUSSEIN, Dina K. **The state and the military: 60 years on**. 23 jul 2012. Egypt Independent. Disponível em: <http://bit.ly/1bXQRRL>

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Lost in Transition: The World According to Egypt's SCAF**. Middle East Report N°121 – 24 April 2012. Disponível em: <http://bit.ly/1hxuAdp>

KURTZER, Daniel & SVENSTRUP, Mary. **Egypt's Entrenched Military**. Set/Out 2012. The National Interest, Disponível em: <http://bit.ly/1jKi22l>

MARTINI, Jeff. **The Egyptian Military's Playbook**. 1 Jul 2013. Foreign Affairs. Disponível em: <http://fam.ag/1hxuceW>

MARTINI, Jeff e TAYLOR, Julie. **Commanding Democracy in Egypt**. Set/Out 2011. Foreign Affairs. Disponível em: <http://fam.ag/1dblRMs>

OTTAWAY, Marina. **Preventing Politics in Egypt - Why Liberals Oppose the Constitution**. 10 dez 2013. Foreign Affairs. Disponível em: <http://fam.ag/1fA4Bmk>

ROLL, Stephan. **Gamal Mubarak and the Discord in Egypt's Ruling Elite**. 1 set 2010. Sada Journal, Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <http://ceip.org/1jKijT9>

SALEM, Sarah. **The Egyptian Military and the 2011 Revolution**. 6 set 2013. Jadaliyya. Disponível em: <http://bit.ly/1hT1X8V>

SAYIGH, Yezid. **Above the state. The officers' Republic in Egypt**. Ago de 2012, 28p. Carnegie Paper. Carnegie Endowment for International Peace. Washington. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/officers_republic1.pdf

Reportagens

ALSHARIF, Asma & SALEH, Yasmine (2013). **Special Report: The real force behind Egypt's 'revolution of the state'**. Reuters. Disponível em: <http://reut.rs/NjEc0e>

BLAIR, Edmund & TAYLOR, Paul & PERRY, Tom (2013). **Special Report: How the Muslim Brotherhood lost Egypt**. Reuters. Disponível em: <http://reut.rs/1hxuna4>

ECONOMIST, The. **Ambitious men in uniform**. 3 ago 2012. The Economist. Disponível em: <http://econ.st/1i4ifQw>